

Nova plataforma integrada mantém Rio na vanguarda



ilustração Ricardo Augusto

GICOF promoverá mudança de paradigma na gestão municipal, que terá ferramenta de gerenciamento para garantir decisões mais ágeis.

A CGM-RJ e a Secretaria Municipal de Fazenda estão liderando a implantação de uma nova e moderna plataforma digital, que vai atender às administrações direta e indireta. Trata-se do GICOF (Gestão Integrada dos Processos de Controle, Contabilidade, Gestão de Contratos Externos, Orçamento e Financeiro), que está sendo desenvolvido com recursos do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT/BNDES). O Sistema foi orçado em R\$ 39 milhões e deverá

ser utilizado no planejamento orçamentário de 2018, para, no ano seguinte, estar em pleno funcionamento, inclusive no que tange à execução orçamentária.

O GICOF vai substituir os sistemas Financeiro, Orçamentário e o sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON). De acordo com o Coordenador do projeto, Marcelo de Paula, o GICOF vai inovar de tal maneira a execução dos trabalhos,

VEJA MAIS NESTA EDIÇÃO

Entrevista

Conselheiro do CRC-RJ, Luiz Antonio Ochsendorf, fala sobre Finanças Pessoais

página 3

Campanha

CGM-RJ lança campanha "Adoção de Práticas Sustentáveis e Consumo Responsável"

página 10

Estante

"Controladoria no Setor Público", obra coletiva com artigos de 28 especialistas

página 9

nos diversos níveis, que representará completa mudança de paradigma na gestão da Prefeitura.



Equipe Gicof SMF.

Da esquerda para direita: José Roberto Almeida; Carla Leite; e Marcelo De Paula (Gerente do GICOF);

“Sairemos do antigo conceito de cada secretaria trabalhar com o próprio sistema, repassando as informações para outra secretaria trabalhar, para um novo, no qual todos partem de um mesmo conceito, integrado, tornando a informação mais rápida e mais precisa para todos”.

os riscos estão sendo tratados e acompanhados. Teremos um trabalho árduo durante mais de um ano, mas a Prefeitura tem amplo conhecimento do tema”, pondera.

Há outros riscos relacionados a equipamentos, infraestrutura, todos previstos no projeto, assim como em relação aos recursos humanos. “Esta mudança tem que acontecer também com as pessoas, por se tratar de uma ferramenta inovadora, que exigirá aperfeiçoamento contínuo, mas no final a sociedade vai ganhar em transparência e eficácia na gestão pública”, garante.

Acesso

Já o Subgerente, José Roberto Almeida, ressalta que “o GICOF vai disponibilizar acesso via web e viabilizar a automação de várias rotinas e processos de trabalho”. Ele esclarece que o GICOF é destinado ao atendimento de quatro áreas, simultaneamente: Financeira, Orçamentária, Recursos Externos e Contábil. Ele concorda que haverá uma verdadeira revolução cultural na gestão municipal, mantendo o Rio na vanguarda tecnológica do controle interno no País.

O novo sistema substituirá pelo menos três outros sistemas, incluindo o Fincon contratos, e vários controles efetuados em planilhas

Segundo De Paula, o processo resultará também em uma significativa redução de custos. “Há um investimento inicial, que será compensado ao longo do tempo, já que a plataforma atual está obsoleta. Será uma grande vantagem em termos de segurança e rapidez.”

O Gerente do projeto GICOF informou ainda que houve mapeamento de riscos, naturais em toda mudança, entre os quais ele destaca o prazo de implantação e a própria mudança na forma de trabalhar. “Foi feito um esforço grande nesse sentido, de forma que todos

“O novo sistema substituirá pelo menos três outros sistemas, incluindo o Fincon contratos, e vários controles efetuados em planilhas. Além disso, atenderá a área de captação de recursos externos, onde atualmente não há sistema implantado”.

De acordo com José Roberto, o GICOF vai processar desde a elaboração do Plano Plurianual (PPA), passando pela execução orçamentária, contratos com fornecedores, contratos externos, movimentação financeira, e todas as apropriações relacionadas a Contabilidade. “É um sistema complexo, inovador.

(continua na pag. 8)

expediente

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro | Prefeito: Eduardo Paes | Controladoria Geral do Município | Controlador-Geral: Antonio Cesar Lins Cavalcanti | Subcontroladora de Gestão: Rosane Affonso | Subcontroladora de Integração de Controles: Angela de Arezzo Meireles **Prestando Contas** | Edição e pauta: Margarete Ramos e Rogério Lessa Benemond | Projeto Gráfico e arte: Ricardo Augusto | Diagramação: Nanci Marques | Redação: Margarete Ramos, Érika Grijó e Rogério Lessa | Revisão: Rogério Lessa Benemond | Assessoria de Comunicação Social | Equipe ACS: Margarete Ramos, Érika Grijó, Thais Brito | Assessora-chefe: Margarete Ramos |

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409 Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-901 | Tel.: (21) 2976-1515/2967 e-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br e acs.controladoria@gmail.com
Internet: <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm>

Vida moderna requer Educação Financeira

Luiz Antonio Ochsendorf Leal



Mestre em Ciências Contábeis pela UERJ, com Doutorado em Psicologia pela UFRJ e Bacharel em Ciências Contábeis e Ciências Aeronáuticas. Exerce a função de professor assistente na UFRJ, em Finanças Pessoais e Ética

Profissional. Professor Voluntário da Escola de Educação Financeira do Rioprevidência. Conselheiro do CRC-RJ desde 2014.

Pelos altos índices de inadimplência, podemos concluir que o endividamento das famílias chegou ao limite no Brasil?

Na minha opinião, é complexo determinar que o endividamento teria chegado "ao limite". Não conheço indicação objetiva desse teto. Sabemos que o grau de endividamento é tanto que as pessoas chegam a endividar-se com terceiros, como se pedissem o nome de outros emprestado para obter financiamentos, visto que o seu próprio estaria com restrições. Estando no limite ou não, sabemos que é alto. Assim, creio que em primeiro plano, deveríamos ter esta percepção e, em seguida, trabalhar no sentido de reduzi-lo ao mínimo possível.

Penso que, para uma vida saudável financeiramente, o endividamento deveria ser zero. Além de pensar assim, também percebo que este é um perfil difícil de ser alcançado. Desta maneira, entendo que mantendo um limite entre 10% e 15% da renda mensal destinada à quitação de dívidas seria algo razoável, além de ter a postura de diminuir ainda mais este percentual.

Por que isto aconteceu?

O endividamento ocorre quando nosso estilo de vida exige recursos além da nossa renda. Sendo menos técnico, eu fico endividado quando gasto mais do que ganho. Isto, em si, não é exatamente um problema grave, visto que compras de alto valor não podem ser feitas de outra forma - um exemplo é o financiamento de imóveis, cujo valor, para exemplo, pode atingir, digamos, 25 vezes a renda mensal. Portanto, isto aconteceu em função de ter havido em nosso país um grande estímulo ao uso do crédito e como somos pessoas "normais", que gostam de consumir, não demos a atenção devida aos limites orçamentários que nos manteriam fora de tal problema, ou seja, com dívidas dentro de um limite razoável que pudesse permitir o seu pagamento ao longo dos meses.

Para diminuir este tipo de impacto em nossas finanças, penso que deveríamos estabelecer um estilo de vida que coubesse em nossas rendas, ou seja, gastando menos do que ganhamos. Uma dica para isso é a prática orçamentária, que, por sua vez, possui alguns "degraus" de complexidade. Começaríamos com orçamentos simples, do tipo anotar os gastos e ter noção dos limites que a renda impõe, até, por exemplo, um orçamento complexo que possa contemplar não somente o ano em curso, mas, para citar, dois, cinco anos à frente.

Quais as consequências do elevado endividamento para os indivíduos e para a economia?

Para os indivíduos, objetivamente, temos uma contribuição negativa para o que podemos chamar de bem-estar, ou seja, perdemos qualidade de vida. É ruim quando percebemos que não podemos gastar a totalidade da renda a que temos direito.

Para a economia, por um lado, temos uma falsa impressão de que o aumento no consumo causado por gastos além da renda a faz funcionar plenamente e até de forma expansiva; por outro lado, na medida em que os "limites de fato" pela escassez do crédito alheio ocorrem, já tendo ultrapassado os "limites teóricos" do grau de endividamento próprio, a economia começa a

diminuir seu ritmo e, de forma sistêmica, promove uma piora gradativa. Podemos, então, assumir que a melhora das finanças individuais iria promover a melhora da economia como um todo.

O que fazer para reverter este quadro?

Uma das saídas é a adoção de práticas recomendáveis nas nossas finanças pessoais. Sendo bem resumido, minha sugestão é viver dentro dos limites da nossa renda mensal, tendo como suporte um bom processo orçamentário.

Como já dito, a prática orçamentária é uma sequência de complexidade que vai do simples registro dos gastos (a execução orçamentária), passando pelas suas outras duas fases, a de antever a renda e os gastos (o planejamento) e a de identificar os motivos das variações (o controle), indo até uma prática orçamentária pessoal bem sofisticada como tentar expandir os limites do ano em curso, tentando uma programação que pode incluir

moldes internacionais, seguindo alguns padrões ditados pela OCDE (Organização para Coordenação e Desenvolvimento Econômico) através da sua INFE (International Network for Financial Education - Rede Internacional para a Educação Financeira) que reúne iniciativas em escala global neste sentido.

Aos poucos, seguimos em nosso país com várias iniciativas e a educação financeira começa a despontar como uma necessidade da vida moderna. Eu sempre sugiro, quando tenho a oportunidade, que as organizações adotem um PEF (Programa de Educação Financeira) que contemple algumas ações, como por exemplo, a participação na semana ENEF com edições anuais (em 2016, a semana ENEF ocorreu entre 16 e 22 de maio).

A intenção desta atividade é difundir a nossa estratégia nacional. Para participar, é só promover eventos (palestras, workshops, estudos, etc) ligados à educação financeira e registrar tal fato no site da semana ENEF, para que todos possam saber da

O papel da educação financeira é importante na medida em que nos alerta, num primeiro momento, sobre a relevância desses assuntos em nossas vidas

muitos anos, indo até, por exemplo, a data provável da nossa morte, uma questão bem complexa.

Resumindo, precisamos não utilizar a contabilidade mental (muito subjetiva e presente em todos nós) e adotar a prática orçamentária com a respectiva complexidade aumentando ao longo do tempo. Assim, entendo que o quadro irá sendo revertido com o passar do tempo.

Qual o papel da educação financeira?

O papel da educação financeira é importante na medida em que nos alerta, num primeiro momento, sobre a relevância desses assuntos em nossas vidas. Com a longevidade aumentando ao longo do tempo, lidamos hoje com problemas com os quais não lidávamos anteriormente.

No Brasil, por volta da década passada, começamos os esforços governamentais neste sentido, com a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), nos

iniciativa de cada organização. É uma semana bem intensa para quem trabalha com isso, como é o meu caso. Neste ano, promovi atividades em quase todos os dias com palestras e workshops.

Como a Educação Financeira pode estar associada ao planejamento para uma vida melhor no presente e no futuro?

Tecnicamente, a exposição à educação financeira nos torna literados financeiramente (um termo ainda não usado na Língua Portuguesa no Brasil, mas muito comum em Portugal). No mundo inteiro, praticamente, o termo FINANCIAL LITERACY (literacia financeira) é usado para caracterizar a adoção em nossas vidas do que a educação financeira prega.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) traduziu o termo para "letramento financeiro", mas eu prefiro usar o termo literacia financeira. Assim, ser literado financeiramente, significa que a nossa vida, como

consequência do uso da educação financeira, seria melhor.

Ressalto que, não somente o planejamento (como na pergunta) é importante, mas também todo o contexto da educação financeira, como por exemplo a preocupação com seguros, aposentadoria, sucessão, direitos do consumidor e demais assuntos correlatos. Mas, de uma forma geral, a associação do planejamento para uma vida melhor gera como consequência uma vida com menos “sustos financeiros”.

Sabemos que não podemos prever tudo, mas sim, a maior parte dos eventos são razoavelmente determináveis e, portanto, podem fazer parte do nosso planejamento financeiro pessoal. Aliás, este é um termo técnico também, o planejamento das finanças pessoais é tarefa do Planejador Financeiro, uma carreira ainda desconhecida da maioria das pessoas. Sugiro procurar o IBCPF (Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros) para mais detalhes. São profissionais de altíssimo nível que têm como tarefa cuidar das nossas finanças e são recomendados na medida em que nosso patrimônio começa a ter um valor relevante.

É necessário educar o cidadão desde a escola?

Eu penso que sim. Na verdade, a nossa estratégia nacional já está avaliando o impacto da educação financeira no ensino fundamental e médio. Já existem evidências da influência positiva neste caso. No ensino superior, ainda há poucas iniciativas.

Hoje, eu conduzo uma dessas iniciativas na UFRJ. Em nossa formação de Bacharel em Ciências Contábeis, já temos uma disciplina de nome FINANÇAS PESSOAIS, que já existe desde 2011.

Penso que é um tipo de conhecimento que deve ser oferecido em qualquer formação e, assim, tenho feito esforços no sentido de tornar a disciplina conhecida em outros cursos, além do meu.

Na verdade, isso já vem ocorrendo, pois tenho recebido alunos de outras áreas, além da minha nas aulas. Aqui no Brasil, a ENEF formou-se aliada a dois ministérios importantes e que respondem bem esta questão: o Ministério da Educação (visando à adoção da educação financeira nas escolas) e o Ministério da Justiça (visando ao fortalecimento do cidadão em questões relativas ao Código de Defesa do Consumidor).

O que os contadores podem ensinar aos cidadãos?

Por lidar com as finanças das empresas, os contadores possuem a chance de um aconselhamento contínuo sobre as finanças das pessoas jurídicas sob seus

cuidados e, por extensão, das finanças pessoais de seus diretores.

Neste sentido, o sistema CFC-CRC (Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade) possuem um programa de voluntariado que dissemina a educação financeira em nosso país.

O PVCC (Programa de Voluntariado da Classe Contábil) reúne esforços dos profissionais da contabilidade neste sentido. Um cidadão pode solicitar ajuda dos voluntários para palestras sobre educação financeira. Havendo disponibilidade, um voluntário promove ações neste sentido.

Eu mesmo recebo pedidos e os atendo na medida do possível. Há um entendimento de que, sendo tecnicamente capacitado para lidar com o patrimônio das organizações, o contador possa, também, ser o aconselhador das finanças pessoais. Esta, inclusive, é minha “missão” em meu mandato como Conselheiro no CRCRJ.

Tenho feito esforços no sentido de associar a educação financeira às atividades profissionais da classe contábil e, até agora, tenho tido algum sucesso. Além disso, como acadêmico, também procuro divulgar ao máximo a possibilidade de inclusão da disciplina de Finanças Pessoais na formação do Contador, nos moldes do que já ocorre na UFRJ.

Saiba mais acessando o Portal CGM-RJ: <http://prefeitura.rio/web/cgm>

Sobre o Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC):

O PVCC visa sensibilizar os contabilistas sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A classe contábil disponibilizará seus conhecimentos em ações sociais de voluntariado organizado, registrando, mensurando e avaliando os resultados das atividades voluntárias empreendidas pelos profissionais da Contabilidade.

Link para o site do PVCC:
<http://voluntariadocontabil.cfc.org.br/>





5ª Turma de Formação para Auxiliares de Controladoria

O curso de formação para Auxiliares de Controladoria, organizado pela Gerência de Recursos Humanos (GRH), foi iniciado em 3 de outubro. O V Programa dos Auxiliares de Controladoria oferece módulos que visam à qualificação profissional desses novos servidores, aprovados no concurso de 29 de novembro de 2015 e que estão lotados nas diversas áreas da CGM-RJ (Assessoria de Comunicação Social, Auditoria-Geral, Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle, Coordenadoria Geral de Diretrizes e Informações, Contadoria-Geral, Gabinete e Gerência de Infraestrutura e Logística).



O curso de formação, que conta com a experiência dos profissionais da casa e instrutores externos, aconteceu no período de 3 a 26 de outubro, contemplando uma vasta gama de temas essenciais para a disseminação do conhecimento na Instituição.

As capacitações foram abertas pelo Controlador-geral da CGM-RJ, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, que abordou o tema "Controle Interno". Os outros treinamentos incluem: FINCON, Trabalho em Equipe, Licitações e Contratos, Fundamentos de Gestão e Processo, Sistema de Informações Gerenciais (SIG), Gestão Estratégica na CGM-RJ e Orçamento da PCRJ.

Tema do 48º Seminário da CGM-RJ é "Finanças Pessoais"

Pensando em como cuidar bem da nossa vida financeira, o 48º Seminário da CGM-RJ foi dedicado à discussão sobre "Finanças Pessoais", com o palestrante Luiz Antonio Ochsendorf Leal, professor da UFRJ e conselheiro do CRC-RJ, nosso entrevistado desta edição.

O Controlador-geral da CGM-RJ, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, destacou a relevância da discussão sobre o assunto, ao afirmar que "é um tema que atinge cada um de nós individualmente".

Em sua apresentação, Luiz Antonio falou sobre a importância da educação financeira e em pensar sobre a matéria a partir de três eixos: planejamento financeiro pessoal, endividamento e questões psicológicas. Também que "quanto maior é o conhecimento econômico e financeiro de uma pessoa, maiores são as possibilidades de terem sucesso no seu planejamento financeiro".



E, para ajudar nessa missão de colocar as contas no azul e melhorar a relação com o dinheiro, seja ao ganhá-lo, multiplicá-lo, investi-lo ou gastá-lo, o professor também deu algumas dicas de como partir para a ação. São elas: planejamento vai além do corte de despesas, envolve controle de gastos; é essencial definir e

revisar periodicamente de metas; uma etapa importante é avaliação dos progressos no curto, médio e longo prazo; e é preciso ser flexível, dependendo dos objetivos e expectativas de cada um.

Para saber mais sobre o Seminário e conferir a galeria de fotos, acesso nosso portal: <http://prefeitura.rio/web/cgm>.

8º EOCIM acontece no Rio de Janeiro

O 8º EOCIM-RJ - Encontro dos Órgãos de Controle Interno dos Municípios Integrantes do Estado do Rio de Janeiro; parceria entre a CGM-RJ e a Coordenadoria de Controle Interno do Município de Pirai, aconteceu no dia 22 de setembro, no Rio de Janeiro.

O encontro foi aberto pelo Controlador-geral da CGM-RJ, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, pela Coordenadora de Controle Interno do Município de Pirai, Lenilda Braga Rodrigues Porto da Silva e pela Primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro e Presidente do RioSolidario, Maria Lúcia Cautiero Horta Jardim.



A Auditora-geral da CGM-RJ, Márcia Andréa dos Santos Peres, fez uma retrospectiva das outras edições do encontro e também falou sobre o "Monitoramento da correção de fragilidades apontadas pela Auditoria e seu impacto na análise de risco".



GRH da CGM-RJ promove oficina de Avaliação de Desempenho

Organizada pela Gerência de Recursos Humanos (GRH), a "Oficina de Avaliação de Desempenho" reuniu, nos dias 1º e 2 de setembro, grupos de avaliados e avaliadores para ampliar a discussão sobre esta ferramenta de gestão de pessoas presente na CGM-RJ desde 2012 para análise do desempenho individual do servidor.

Ao todo, foram três encontros de 4 horas, conduzidos pelo Gerente de Recursos Humanos e Contador, Luiz Carlos dos Santos Azevedo, e pela Técnica de Controle Interno, Elizabeth Fiuza, que optaram por uma abordagem focada em dinâmicas e análise de estudos de casos, de forma lúdica e descontraída.

CGM-RJ recebe visita da SMS

No dia 16 de agosto, a CGM-RJ recebeu 24 Estagiários da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de cursos técnico e superior em Administração e Gerência em Saúde, além de uma professora da Fundação Oswaldo Cruz e seis servidores da SMS.



Eles conheceram as instalações da CGM-RJ e tiveram exposições de sobre as funções desenvolvidas pelo órgão e sobre o Sistema Rio Transparente, feitas, respectivamente, pela assistente

da Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais (ATRIC), Cristina Aliman, e pelo Gerente de Processos da CG/CGDI/CMI, Douglas da Paz Gomes.

O Programa de Visitas CGM-RJ também recebeu cinco servidores da Coordenação de Planejamento, Recrutamento e Seleção da SMS, que conheceram como são desenvolvidas as ações da Gerência de Recursos Humanos (GRH) da CGM-RJ, levando em conta as diretrizes da PCRJ.

Para agendar sua visita pelo Programa de Visitas, envie e-mail para programadevisitas.cgm@pcrj.rj.gov.br, ou entre em contato pelos telefones (21) 2976-3344/ (21) 2976-2641

ADG visita a Controladoria Geral da União Regional RJ

Representantes da Auditoria-geral da CGM-RJ visitaram, em meados de setembro, Controladoria-Geral da União no Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer a área da CGU-Regional/RJ, especialmente os técnicos da Divisão NAC-2, que atuam com auditorias na área da Saúde. As equipes apresentaram suas estruturas, experiências, conhecimentos e metodologia aplicada ao acompanhamento de recursos na área de saúde. Participaram desse intercâmbio os seguintes servidores da ADG: Gilberto Pinto Moraes, Guilherme Zenha da Silveira, Guilherme Teixeira Spinelli.



Diversos treinamentos para os novos servidores

A Gerência de Recursos Humanos (GRH) da CGM-RJ reuniu, no final de julho, avaliadores e avaliados para uma apresentação sobre o Estágio Probatório. A apresentação se deu para lembrar os avaliadores a respeito, visto que entraram diversos novos servidores no quadro da CGM-RJ, e para explicar a esses novos servidores como funciona esse tipo de avaliação.

12ª edição do Programa Conhecendo a Prefeitura recebe palestra sobre "Mobilidade Urbana"



No início de julho foi realizada a 12ª edição do Programa Conhecendo a Prefeitura, com o tema Mobilidade Urbana no período dos Jogos Rio 2016, que teve como palestrantes Simone Costa Rodrigues da Silva, Coordenadora de Planejamento do Sistema da SMTR e Carlos Moyna, Assessor de Transporte e Mobilidade da EOM.

Eles apresentaram o plano de mobilidade da Cidade para o maior evento esportivo do mundo. A Coordenadora iniciou a palestra para um auditório com mais de 100 servidores da PCRJ, explicando a importância do momento em que a Cidade do Rio de Janeiro está vivendo, as transformações que tiveram que ocorrer no âmbito da mobilidade urbana para sediar esse grande evento esportivo.

Não existe no Estado do Rio e tampouco no Brasil há uma proposta semelhante na área orçamentária e financeira”, frisou.

José Roberto concorda que o GICOF vai exigir investimentos em infraestrutura, que estão sendo orçados pela empresa que ganhou a licitação e está desenvolvendo o projeto. Ele minimizou o risco da mudança administrativa que ocorrerá após as eleições, por se tratar de projeto com justificativas bem definidas no Termo de Referência. “Mas o importante é que as quatro áreas estão atuando juntas, todas voltadas para este processo, no qual as equipes envolvidas têm total conhecimento do projeto”, salientou.

Benefícios

O Subgerente ratifica as vantagens do GICOF. “Teremos um sistema totalmente integrado, no qual a informação será única, pois haverá um único modelo de dados, ao qual todas as áreas terão acesso”, disse, chamando atenção para a base de dados, que é bastante grande”.



Equipe Gicof CGM-RJ

Da esquerda para direita: Carlos Maurício Borup; José Paulo de Menezes; Flávio de Oliveira Vasco; Angela Arezzo; Rosangela Ramos; Márcio Loureiro; e Pedro de Almeida Marques.

Apesar do desafio, tudo está sendo desenvolvido sobre um aplicativo já consolidado no mercado, que vem sendo customizado para atender às necessidades da Prefeitura. Ou seja, ninguém está partindo do zero.

Integração

José Roberto acrescenta que em termos de interação entre as equipes o processo é muito rico. “Envolve várias secretarias e instâncias. Além da Secretaria de Fazenda e CGM-RJ, também a Secretaria da Casa Civil, através de sua Coordenadoria de Gestão Institucional, e a Empresa Municipal de Informática (IplanRio)”, exemplificou, identificando “um grande enriquecimento” para a gestão da Prefeitura, já que tornará mais ágil o processo de tomada de decisões.

Na visão da Coordenadora Técnica de Modelagem de Processos, da Subsecretaria de Gestão Institucional, Lucia Almeida F. Chaia, falar do Projeto GICOF é falar em inovação do funcionamento da Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro. “Com o novo sistema, estaremos viabilizando a implantação da Gestão por Processos em quatro áreas simultaneamente. Passa-se a ter a gestão destas funções de forma coordenada, vinculando um órgão a outro, contrariando a postura anterior, que as isolava, obtendo a eficiência de todo o processo.”

Por sua vez, Márcia Lima, Diretora de Sistemas da IplanRio, afirma que, dada a magnitude do projeto, será um dos maiores desafios de Tecnologia da Informação (TI) dos últimos anos. “Além da proposta de ser um sistema integrado que irá atender a toda a Prefeitura, o projeto tem grandes desafios, dentre os quais podemos destacar: a infraestrutura que terá que ser disponibilizada para o projeto; o processo de migração das bases legadas que serão substituídas e o processo de integração com cerca de vinte outros sistemas em produção na Prefeitura. A IplanRio atua como responsável técnica e encara o GICOF como um grande desafio para os próximos anos”, revelou.

Geração de indicadores

Segundo José Roberto, o GICOF trará uma série de informações gerenciais importantes, que estarão dispostas em dois níveis: uma camada gerencial-operacional e uma camada de indicadores para tomada de decisão. “Estamos trabalhando para que as bases de dados migrem para um só ambiente, de forma a atender a todos, permitindo fazer consultas, emitir relatórios e a tomada de decisão. Teremos geração de indicadores que irão possibilitar isto”.

Treinamento

A capacitação dos servidores é outro ponto crucial do projeto. Tanto que a Subsecretaria de Gestão Institucional está totalmente envolvida no levantamento de processo e já vislumbra as condições para o treinamento do pessoal em relação às mudanças na forma de executar o trabalho. “Já em 2017 temos que começar a fazer alguns treinamentos para que as pontas tenham conhecimento em relação às transformações que irão acontecer. Como o processo é integrado, há determinadas tarefas que deixarão de ser feitas. Previamente, a área de origem tratará os dados de uma forma que o usuário terá o resultado da informação e não apenas um input. Tudo isso torna evidente a necessidade de capacitar os servidores”, disse José Roberto.



CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO



Área específica:
Direito Financeiro

O livro *Controladoria no Setor Público* está alinhado com o momento e contexto histórico atual do Brasil.

Majoritariamente, a sociedade selou em alto e bom som um basta aos descalabros com que os bens públicos passaram a ser geridos havia décadas, resultando em um grau de desorientação ética e moral sem precedentes, no âmbito da gestão pública e em todas as esferas de poder.

Surge então, neste momento, uma obra que vem reorientar a sociedade, estabelecendo princípios de racionalidade e decoro às normas que a administração pública não pode se furtar a obedecer.

“Não se pode conceber a Administração Pública sem controles”, definem os autores Ana Carla Bliacheriene, José Lima Santana e Renato Jorge Brown Ribeiro. “Aliás, o descontrole administrativo sempre foi causa de descalabros. A democracia e o regime republicano exigem controles. Controle significa transparência. Significa zelo. Significa segurança para os cidadãos diante dos atos administrativos”.

O volume *Controladoria no Setor Público* é, sobretudo, uma obra coletiva. Colaboram com artigos imprescindíveis 28 especialistas que atuam em diversos órgãos da Administração Pública e membros da academia vinculados a instituições renomadas de diversas regiões do país. Vale a pena saber quem são eles:

André Carlos Busanelli de Aquino, Andressa Guimarães Torquato Fernandes, Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Carlos Maurício Ruivo Machado, Cecília Olivieri, Elen Duran da Silveira, Fabrícia Silva da Rosa, Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt, Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Franklin Brasil Santos, Gabriel Lochagin, Hamilton Costa Cruz, Jerri Eddie Xavier Coelho, José Lima Santana, Kleberson Roberto de Souza, Leonardo Rodrigues Albernaz, Marcelo Barros Gomes, Marcus Vinicius de Azevedo Braga, Marina Jaques Wolff, Mário Vinicius Claussen Spinelli, Marisa Pignataro, Paulo Roberto de Carvalho Nunes, Rogério João Lunkes, Ronald da Silva Balbe, Rossana Guerra de Souza, Sílvia Helena Correia Vidal, Ana Carla Bliacheriene e Renato Jorge Brown Ribeiro.

“A gestão dos órgãos públicos não é simples, nem pode seguir diretamente modelos desenvolvidos para a administração de empresas. Por lidar com recursos e bens públicos, além de precisar ser decisivamente transparente, deve seguir rígidos preceitos estipulados por diversos órgãos de controle, cuja função é justamente garantir a lisura e o bom uso desses recursos”, avalia Vahan Agopyan em seu Posfácio.

O Ex-Ministro Jorge Hage, prefaciador de *Controladoria no Setor Público*, assevera que “é fundamental que os que lutam e se dedicam a essa temática sigam mobilizados, vigilantes e atuantes. A publicação de uma obra, reunindo tantos especialistas, estudiosos e praticantes do controle, experientes, sérios e respeitados, é uma das formas de fazê-lo”.

Autores (Coordenadores):

Ana Carla Bliacheriene


Marcus Vinicius de Azevedo Braga

Renato Jorge Brown Ribeiro

Páginas: 419



Ano: 2016

Buscando incentivar ações mais conscientes, CGM-RJ lança campanha “Adoção de Práticas Sustentáveis e Consumo Responsável”



VAMOS REPENSAR
Atitudes Sustentáveis – o Controle está em nossas mãos

ADOTE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS. SUA CONSCIÊNCIA É QUEM MANDA



VAMOS REPENSAR!
Atitudes Sustentáveis - o Controle
está em nossas mãos.

No início de setembro, a CGM-RJ deu início à campanha “Adoção de Práticas Sustentáveis e Consumo Responsável” com o intuito de fomentar e estimular, junto ao corpo funcional atitudes mais conscientes em prol da preservação do planeta.

Organizado pela Subcontroladoria de Gestão e a Assessoria de Comunicação Social (ACS) em uma parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), a ação também tem como motivação conscientizar os servidores a fazer uso inteligente dos materiais e espaços, além de reduzir os gastos da Controladoria.

A campanha institucional concentrou esforços inicialmente no eixo “Práticas para a racionalização de uso de papel”, no qual convidamos os servidores a reduzir o uso de papel com o envio de dicas diárias e lembretes para o alcance da meta. Um destaque dessa primeira etapa foi o desenvolvimento de uma nova área na Intranet com a “Contagem de Impressão” de toda a CGM.

Em 10 de outubro iniciou-se a 2ª etapa da campanha, dessa vez sobre “Resíduos/limpeza/descarte correto do lixo”.

E, encerrando o ciclo, a etapa final primou por conscientizar a respeito da “Redução de Copos Plásticos Descartáveis na CGM-RJ”.